

ANÁLISE DE COMPLETUDE DO PAINEL DE REMUNERAÇÃO DO CNJ

junho/2023

Análise sobre a completude dos contracheques de membros do Judiciário desde 2018, por órgão e mês, conforme dados do Painel de Remuneração mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.



Este trabalho está sob a licença [CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Mediante atribuição de crédito à organização autora, pode ser copiado e redistribuído em qualquer suporte ou formato; remixado e adaptado para qualquer fim, inclusive comercial (nestes casos, as alterações feitas devem ser indicadas).

FICHA TÉCNICA

junho/2023

DIREÇÃO EXECUTIVA

Juliana Sakai

SUPERVISÃO E EDIÇÃO

Juliana Sakai

ANÁLISE DE DADOS E REDAÇÃO

Joellen Silva, Raul Durlo, Talita Lôbo

REVISÃO E EDIÇÃO

Cristiano Pavini, Marina Iemini Atoji, Nathalia Mendes

FINANCIAMENTO



Introdução

Em atenção ao Termo de Cooperação Técnica nº 079/2021 celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Transparência Brasil nos autos do processo nº 02637/2021, e às tarefas definidas durante a reunião de trabalho entre ambas as instituições em 21 de outubro de 2022, apresentamos análise sobre a completude de contracheques no Painel de Remuneração dos Magistrados do CNJ por órgão, ano e mês.

A atividade é realizada no âmbito do projeto DadosJusBr, fruto de uma parceria entre a Transparência Brasil, o Instituto Federal de Alagoas (IFAL) e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). O projeto visa a abrir dados de remuneração do sistema de Justiça brasileiro e disponibiliza as informações em uma [plataforma on-line](#).

Um contracheque consiste no detalhamento das remunerações apresentadas pelos órgãos para exibição no [Painel de Remunerações de Magistrados do CNJ](#). Cada contracheque engloba o valor mensal recebido por um magistrado, distribuído em rubricas que descrevem a remuneração ou o desconto recebido em folha de pagamento. As rubricas do contracheque no Painel de Remunerações se dividem em quatro categorias: Contracheques, Direitos Pessoais, Indenizações e Direitos Eventuais.

Foram analisados os contracheques publicados de 92 órgãos relativos aos meses de janeiro de 2018 a abril de 2023, totalizando 5.888 observações¹.

Os dados foram coletados entre 1 e 5 de junho de 2023, por meio de uma rotina automatizada de download² e análise de sanidade³ dos contracheques por ano, mês e órgão.

Completude: presença de contracheque detalhado

Um contracheque é considerado ausente em determinado mês quando o tribunal não prestou qualquer informação ou quando o fez parcialmente, com apresentação sumarizada do total de gastos em apenas uma linha ou de vencimentos incompletos que não continham dados necessários sobre todos os seus membros.

¹Considera-se uma observação a presença (ou ausência) de dados de remuneração de um órgão no Painel de Remunerações dos Magistrados do CNJ em um determinado mês entre 2018 e 2023 (ex: órgão - TJ-TO/mês - 03/ ano - 2022).

² <https://github.com/dadosjusbr/coletor-cnj>

³ <https://github.com/dadosjusbr/parser-cnj>

Consistência de rubricas

Além da checagem de ausência e presença de dados de remuneração, verificou-se também a consistência das rubricas lançadas nos contracheques de cada órgão por meio da análise de padrões específicos no preenchimento dos campos descritivos das remunerações.

Ao todo, foram registradas 2.669 rubricas⁴ distintas entre todos os 92 órgãos analisados. Desse total, 1.765 pertencem à categoria “Direitos Eventuais”, 547 a “Indenizações” e 350 a “Direitos Pessoais”. As 7 restantes são lançadas como “Contracheques”, sendo essa a única categoria de rubricas em que existe padronização em sua descrição.

Foram considerados inconsistentes os registros cujo formato não corresponde ao que se espera da rubrica e que não se constituem em informação útil no contexto do Painel de Remuneração.

Valores monetários constam nas colunas “Detalhe”, que aparecem na categoria “Direitos Eventuais” e em outras. Como o nome sugere, trata-se de uma coluna destinada à descrição da remuneração ou desconto no contracheque, ou seja, a um texto.

- São exemplos de rubricas consistentes: “Diárias”, “Gratificação natalina”, “Gratificação por exercício cumulativo”
- Um exemplo de rubrica inconsistente: “13022,34” (preenchimento de números ao invés de descrição)

É possível constatar um exemplo das inconsistências citadas diretamente no Painel de Remuneração de Magistrados, por meio do seguinte procedimento:

1. Acessar o [Painel de Remuneração de Magistrados](#).
2. Clicar na aba de Direitos Eventuais.
3. Selecionar o órgão TJ-SE.
4. Selecionar o ano de 2019.
5. Na tabela, observar a coluna “Detalhe” (após a coluna “JETON”).

A coluna “Detalhe” relativa a 01/2019 para o magistrado Aidil de Oliveira Teixeira, por exemplo, está preenchida com o valor de 25548,13 sem qualquer explicação sobre o que ele representa (figura abaixo).

⁴ Rubricas inconsistentes foram removidas desta contagem. A lista completa de todas as rubricas está [disponível aqui](#).

Direitos Eventuais - Tabela								
Tribunal	Magistrado	Mês/Ano Ref.	Gratificação por exercício cumulativo (R\$)	Gratificação por encargo Curso/Concurso (R\$)	Pagamentos retroativos (R\$)	JETON (R\$)	Outra (R\$)	Detalhe
	ADELAIDE MARIA MARTINS MOURA		4.211,15	0,00	0,00	0,00	99.034,03	
		01/2019	1.684,45	0,00	0,00	0,00	23.863,68	25548,13
		02/2019	1.684,45	0,00	0,00	0,00	11.931,84	16423,72
		03/2019	1.684,45	0,00	0,00	0,00	11.931,84	14177,78
		04/2019	1.684,45	0,00	0,00	0,00	23.863,68	37451,61
		05/2019	1.684,45	0,00	0,00	0,00	22.579,15	24375,9
	AIDIL OLIVEIRA TEIXEIRA	06/2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17686,77

Este relatório detalha casos de incompletude, inconsistências e melhorias na disponibilização dos contracheques pelos seguintes órgãos:

- Tribunais de Justiça estaduais e do Distrito Federal e dos Territórios
- Tribunais Regionais Federais da 1ª à 5ª Região
- Tribunais Regionais do Trabalho
- Tribunais Regionais Eleitorais
- Tribunais de Justiça Militar de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul
- Tribunal Superior de Justiça
- Tribunal Superior do Trabalho
- Tribunal Superior Militar
- Tribunal Superior Eleitoral
- Conselho Nacional de Justiça
- Conselho de Justiça Federal

Completude e consistência dos dados de remuneração

Órgãos superiores

O grupo de Órgãos Superiores é composto por Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Superior Tribunal Militar (STM). O gráfico abaixo apresenta a completude dos dados de remuneração presentes no Painel de Remuneração do CNJ verificados pelo DadosJusBr. Cada célula representa um mês de 2018 a 2023, classificado pela presença ou ausência de dados dos contracheques.

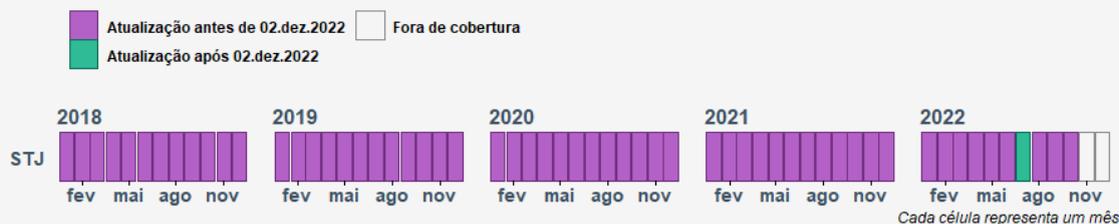


Observa-se que o Tribunal Superior do Trabalho não forneceu ao CNJ os contracheques referentes aos meses de dezembro de 2021 e 2022. A última tentativa de coleta de tais dados para este relatório ocorreu em 1º de junho de 2023.

Como o único Órgão Superior monitorado pelo DadosJusBr à época da apresentação do [relatório anterior](#) (2 de dezembro de 2022) era o STJ, só é possível apresentar a evolução desse tribunal. Desde aquela data, ele divulgou o contracheque faltante, de julho de 2022:

Avanço da divulgação de contracheques | Órgãos Superiores

Contracheques publicados antes e depois de 02.dez.2022



O DadosJusBr incluiu os outros Órgãos Superiores (STM, TSE e TST) em seu monitoramento a partir de 28 de dezembro de 2022. Na próxima edição deste relatório, será possível verificar se houve aperfeiçoamento do fornecimento dos contracheques ao Painel do CNJ.

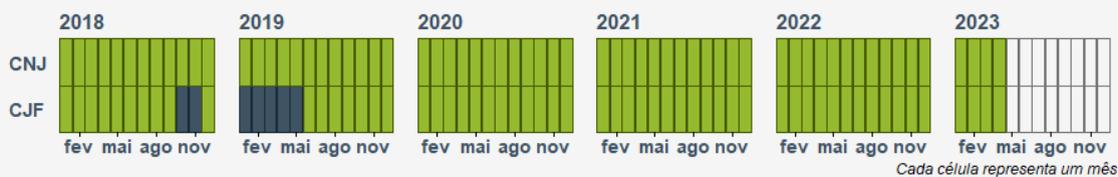
Conselhos de Justiça

O Conselho Nacional de Justiça e o Conselho da Justiça Federal foram incluídos nas coletas do DadosJusBr a partir de 29 de dezembro de 2022. O gráfico abaixo mostra o status de completude dos órgãos:

Completude de dados | Conselhos de Justiça

Os contracheques foram publicados?

■ Sim ■ Não □ Fora de cobertura



O Conselho de Justiça Federal não apresentou contracheques de remuneração nos meses de outubro e novembro de 2019 e de janeiro a maio de 2019 até a data da última checagem, 1º de junho de 2023.

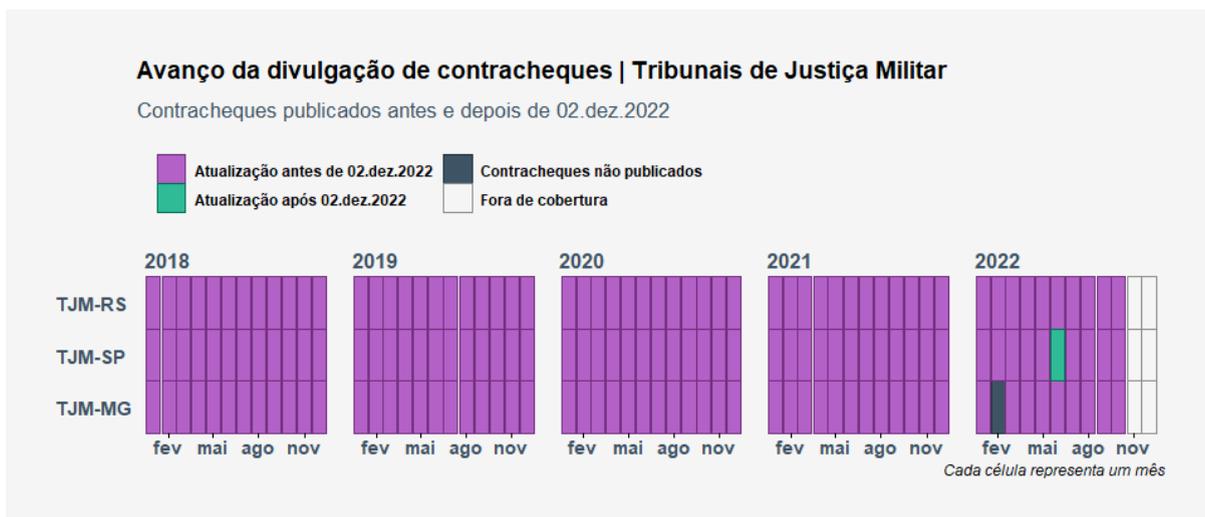
Tribunais de Justiça Militar

O Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul apresentou todos os contracheques em todo o período. No Tribunal de Justiça Militar de São Paulo, o contracheque de abril de 2023 é o único ausente.



Em relação ao monitoramento anterior, de 2 de dezembro de 2022, observa-se que o TJM-SP preencheu a lacuna que apresentava, adicionando o mês de junho de 2022 (gráfico abaixo).

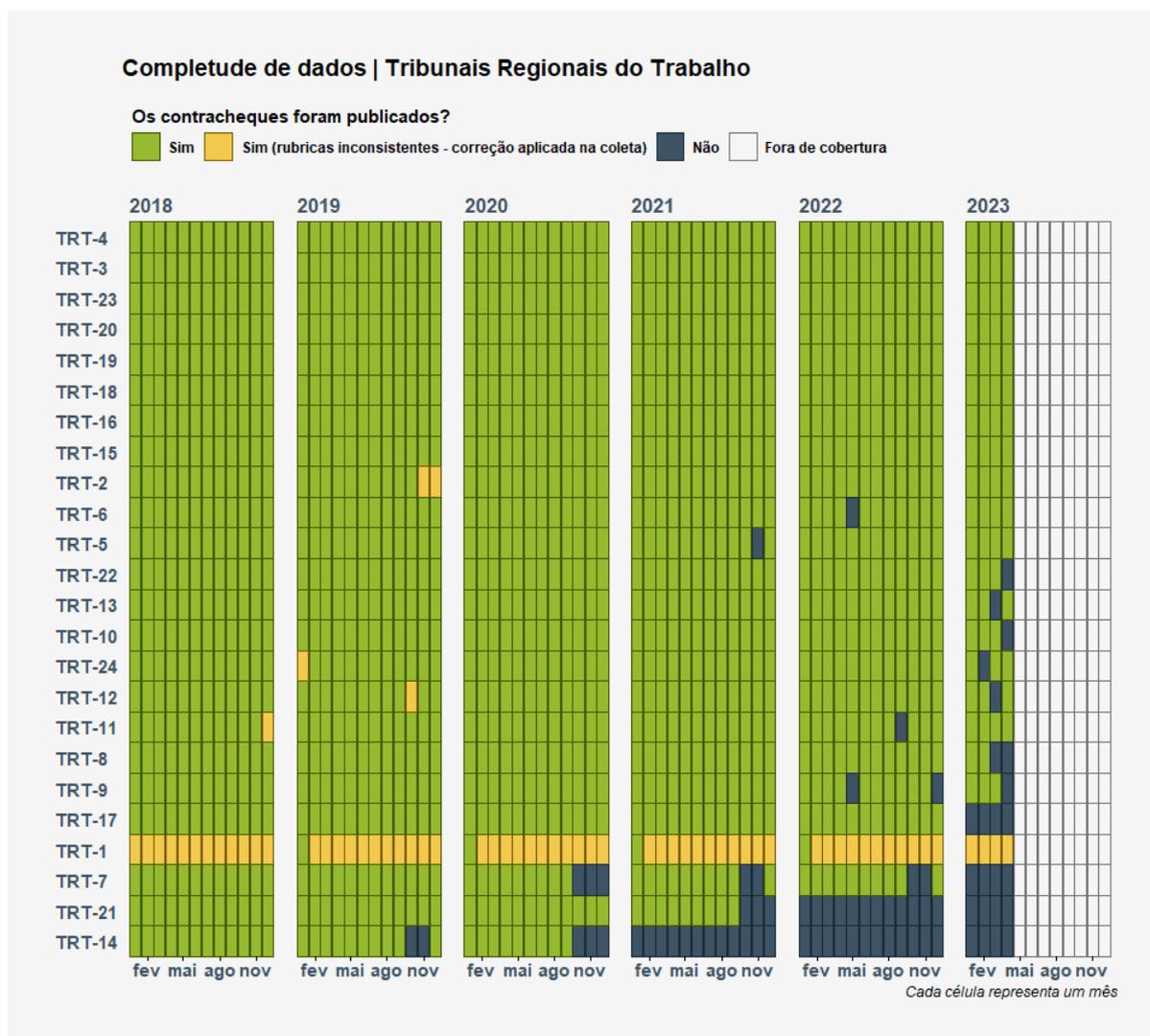
No Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, por sua vez, persiste a lacuna dos dados de fevereiro de 2022.



Tribunais Regionais do Trabalho

Foram encontradas lacunas de contracheques em 14 dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho monitorados. Além disso, 5 órgãos apresentaram contracheques com rubricas inconsistentes (campos preenchidos com valores numéricos ao invés de uma descrição da rubrica, como mencionado anteriormente).

No total, os dados de 16 TRTs estão incompletos ou inconsistentes no Painel do CNJ.



O TRT-14 e o TRT-21 acumulam ausências de prestações de contas desde o último relatório:

- O primeiro não divulga nenhum contracheque desde outubro de 2020 (33 meses até abril de 2023), além de estar devendo os meses de outubro e novembro de 2019.

- O TRT-21 deixou de atualizar as remunerações no painel do CNJ em outubro de 2021, totalizando 19 meses de opacidade.

O TRT-7 ainda não apresentou a remuneração de magistrados para o ano de 2023 e soma 11 meses com lacunas. O TRT-17 também não divulgou dados em 2023.

A tabela abaixo lista os contracheques ausentes por Tribunal Regional do Trabalho por ano e mês.

Tabela 1. Completude de dados por órgão e mês

Tribunais Regionais do Trabalho

	Meses sem dados	Total
TRT-14	2019: (2) outubro, novembro 2020: (3) outubro, novembro, dezembro 2021: (12) Todos os meses 2022: (12) Todos os meses 2023: (4) janeiro, fevereiro, março, abril	33
TRT-21	2021: (3) outubro, novembro, dezembro 2022: (12) Todos os meses 2023: (4) janeiro, fevereiro, março, abril	19
TRT-7	2020: (3) outubro, novembro, dezembro 2021: (2) outubro, novembro 2022: (2) outubro, novembro 2023: (4) janeiro, fevereiro, março, abril	11
TRT-17	2023: (4) janeiro, fevereiro, março, abril	4
TRT-9	2022: (2) maio, dezembro 2023: (1) abril	3
TRT-8	2023: (2) março, abril	2
TRT-11	2022: (1) setembro	1
TRT-12	2023: (1) março	1
TRT-24	2023: (1) fevereiro	1
TRT-10	2023: (1) abril	1
TRT-13	2023: (1) março	1
TRT-22	2023: (1) abril	1
TRT-5	2021: (1) novembro	1

	Meses sem dados	Total
TRT-6	2022: (1) maio	1
Total	—	80

O TRT-1 apresentou inconsistência nos 60 meses diferentes, totalizando 1.529 rubricas mal preenchidas. O TRT-2 também apresenta um grande número de rubricas inconsistentes (1.820), mas com a ampla maioria dos casos concentrados em um único mês (novembro de 2019).

A tabela a seguir apresenta a quantidade de rubricas inconsistentes para cada órgão e mês.

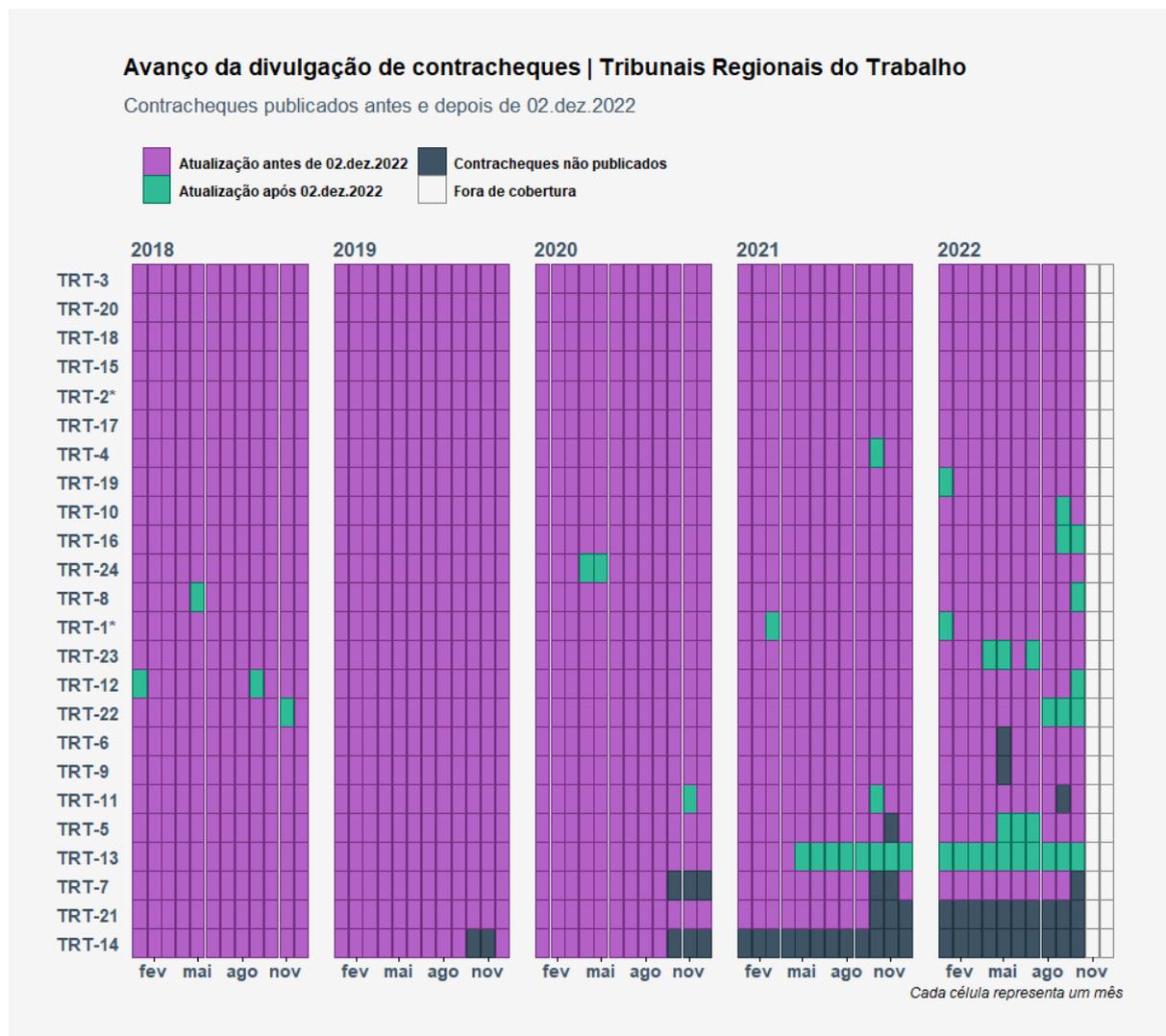
Tabela 2. Contracheques inconsistentes detectados por ano e mês
Tribunais Regionais do Trabalho

	Rubricas inconsistentes
TRT-2	
2019: novembro (1.819), dezembro (1)	1.820
TRT-1	
2018: janeiro (23), fevereiro (23), março (23), abril (23), maio (24), junho (29), julho (29), agosto (29), setembro (29), outubro (29), novembro (29), dezembro (29)	319
2019: fevereiro (30), março (29), abril (29), maio (29), junho (29), julho (30), agosto (29), setembro (29), outubro (29), novembro (29), dezembro (29)	321
2020: fevereiro (30), março (29), abril (29), maio (29), junho (29), julho (29), agosto (29), setembro (29), outubro (29), novembro (29), dezembro (29)	320
2021: fevereiro (28), março (27), abril (27), maio (25), junho (26), julho (26), agosto (26), setembro (24), outubro (24), novembro (24), dezembro (3)	260
2022: fevereiro (23), março (22), abril (20), maio (20), junho (20), julho (20), agosto (20), setembro (20), outubro (20), novembro (21), dezembro (21)	227
2023: janeiro (20), fevereiro (21), março (20), abril (21)	82
TRT-12	

Rubricas inconsistentes

2019: outubro (34)	34
TRT-11	
2018: dezembro (3)	3
TRT-24	
2019: janeiro (1)	1
TOTAL	3.387

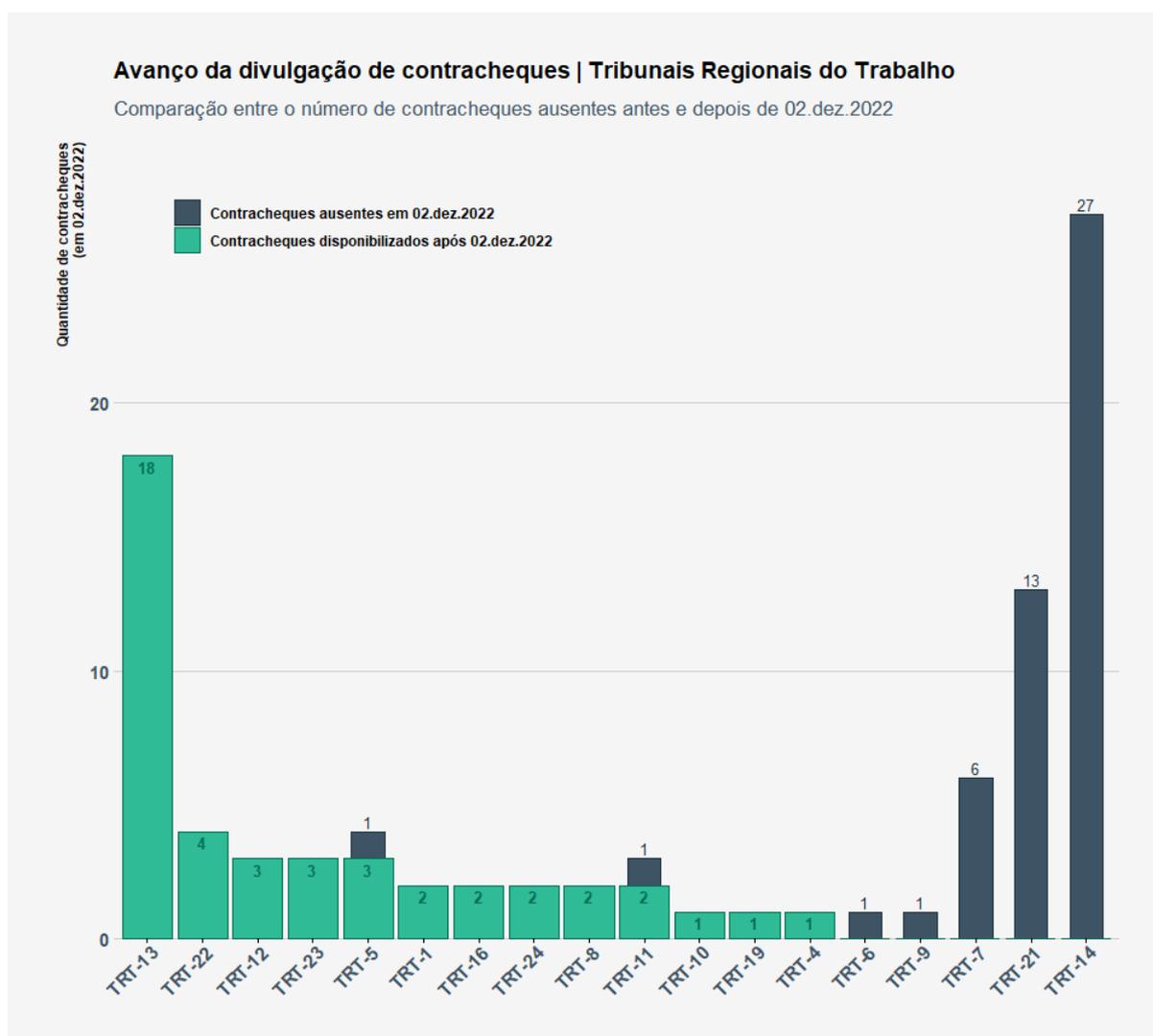
O gráfico abaixo evidencia as correções providenciadas na completude de contracheques após 2 de dezembro de 2022 (data da coleta de dados do relatório anterior).



O TRT-13 foi o que mais avançou com disponibilização de dados atrasados, inserindo 18 meses que faltavam e ficando sem pendências.

Outros dez tribunais cobriram todas as lacunas apontadas no relatório anterior e não apresentam mais omissões: TRT-22 (com 4 inclusões de dados), TRT-12, TRT-23 (com 3 inclusões), TRT1, TRT-16, TRT-24, TRT-8 (2 inclusões) e TRT-10, TRT-19, TRT-4 (1 inclusão).

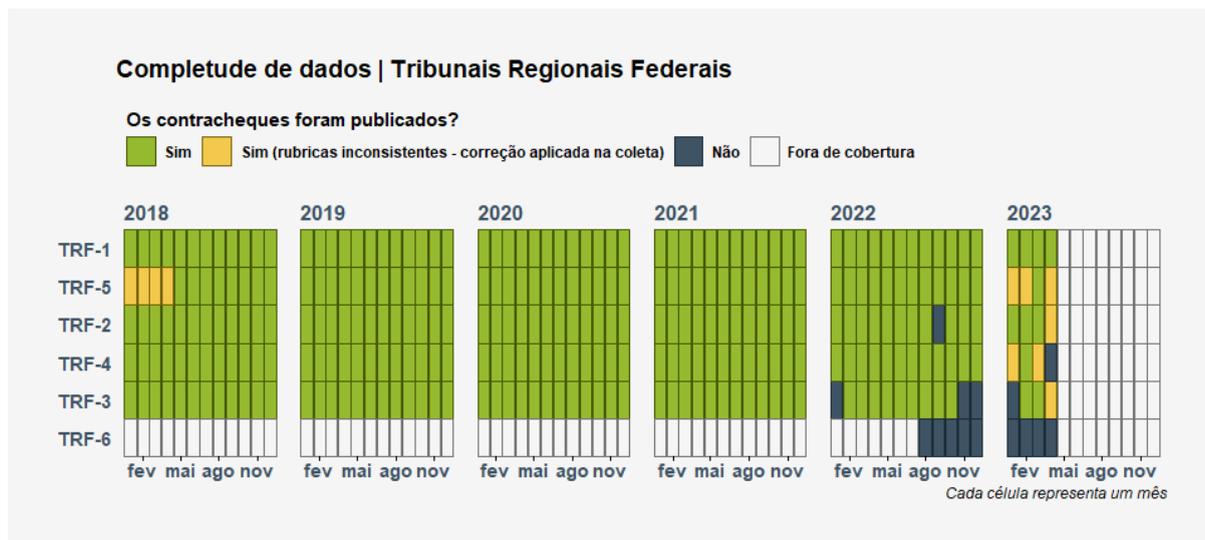
Dois órgãos providenciaram o preenchimento de lacunas, mas mantêm um mês em atraso: o TRT-5 atualizou 3 meses que estavam em falta, restando o mês de novembro de 2022; o TRT-11, apesar de divulgar mais 2 meses, mantém o mês de outubro de 2022 sem prestação de contas.



Tribunais Regionais Federais

Considerando os Tribunais Regionais Federais da 1ª à 5ª Região, 4 deles têm falhas na entrega de dados de contracheques: TRF-2, TRF-3, TRF-4 e TRF-5.

Passados 9 meses da instalação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, que atende às demandas de Minas Gerais (antes atribuídas ao TRF-1), as remunerações de seus membros ainda não estão disponíveis no Painel de Remuneração dos Magistrados do CNJ.



A não divulgação dos dados de contracheques no painel de remunerações foi detectada nos seguintes meses e órgãos:

Tabela 3. Completude de dados por órgão e mês

Tribunais Regionais Federais

	Meses sem dados	Total
TRF-3	2022: (3) janeiro, novembro, dezembro 2023: (1) janeiro	4
TRF-4	2023: (1) abril	1
TRF-2	2022: (1) setembro	1
Total	—	6

A tabela abaixo detalha os meses em que foram detectadas inconsistências no campo “Detalhamento”. O problema na consistência de rubricas é maior no TRF-5, onde foram registradas 362 inconsistências entre 2018 e 2023.

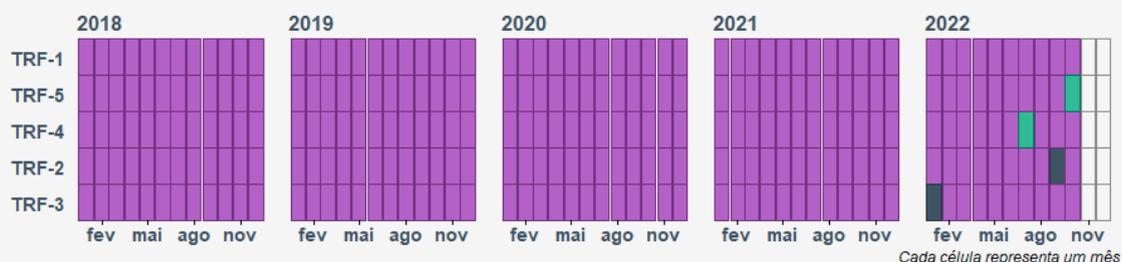
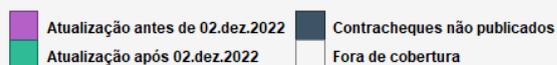
Tabela 4. Contracheques inconsistentes detectados por ano e mês

Tribunais Regionais Federais	
	Rubricas inconsistentes
TRF-5	
<i>2018: janeiro (1), fevereiro (1), março (42), abril (13)</i>	57
<i>2023: janeiro (100), fevereiro (100), abril (105)</i>	305
TRF-2	
<i>2023: abril (51)</i>	51
TRF-3	
<i>2023: abril (12)</i>	12
TRF-4	
<i>2023: janeiro (1), março (16)</i>	17
TOTAL	442

O gráfico abaixo apresenta a atualização de meses faltantes desde o último relatório de completude:

Avanço da divulgação de contracheques | Tribunais Regionais Federais

Contracheques publicados antes e depois de 02.dez.2022



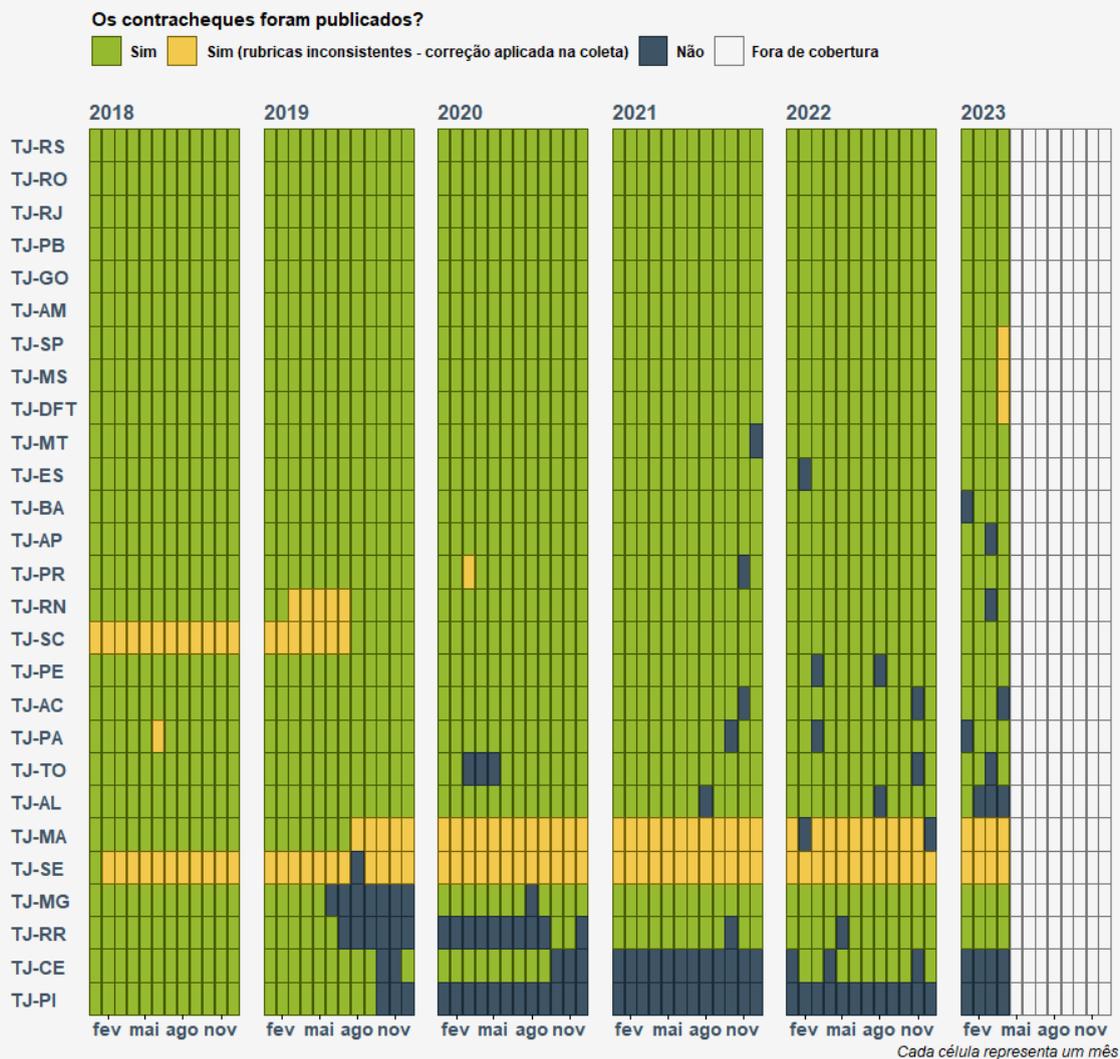
O TRF-4 e o TRF-5 cobriram todas as lacunas, atualizando o Painel do CNJ com os dados de julho de 2022 e de outubro de 2022, respectivamente.

No TRF-2 e o TRF-3, por sua vez, persistem as omissões dos contracheques de outubro de 2022 e janeiro de 2022, respectivamente.

Tribunais de Justiça estaduais e DFT

Os Tribunais de Justiça estaduais e do Distrito Federal e dos Territórios totalizam 120 meses sem prestar contas de contracheques, considerando as verificações realizadas pelo DadosJusBr entre 16 de maio e 1 de junho de 2023.

Completeness of data | State Courts and DFT



Apenas 4 órgãos concentram 77,5% de todos os meses faltantes nos Tribunais de Justiça estaduais: o TJ-PI não presta contas no Painel de Remuneração desde outubro de 2019 e completa 43 meses sem dados, o TJ-CE deixou de apresentar prestação de contas em 24 meses entre 2019 e 2023, e o TJ-RR e o TJ-MG não apresentaram remuneração em 18 e 8 meses, respectivamente.

A tabela a seguir resume a quantidade de meses ausentes por órgão.

Tabela 5. Completude de dados por órgão e mês

Tribunais de Justiça estaduais e DFT

	Meses sem dados	Total
TJ-PI	2019: (3) outubro, novembro, dezembro 2020: (12) Todos os meses 2021: (12) Todos os meses 2022: (12) Todos os meses 2023: (4) janeiro, fevereiro, março, abril	43
TJ-CE	2019: (2) outubro, novembro 2020: (3) outubro, novembro, dezembro 2021: (12) Todos os meses 2022: (3) janeiro, abril, novembro 2023: (4) janeiro, fevereiro, março, abril	24
TJ-RR	2019: (6) julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro 2020: (10) janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, dezembro 2021: (1) outubro 2022: (1) maio	18
TJ-MG	2019: (7) junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro 2020: (1) agosto	8
TJ-AL	2021: (1) agosto 2022: (1) agosto 2023: (3) fevereiro, março, abril	5
TJ-TO	2020: (3) março, abril, maio 2022: (1) novembro 2023: (1) março	5
TJ-PA	2021: (1) outubro 2022: (1) março 2023: (1) janeiro	3
TJ-AC	2021: (1) novembro 2022: (1) novembro 2023: (1) abril	3

	Meses sem dados	Total
TJ-MA	2022: (2) fevereiro, dezembro	2
TJ-PE	2022: (2) março, agosto	2
TJ-SE	2019: (1) agosto	1
TJ-RN	2023: (1) março	1
TJ-PR	2021: (1) novembro	1
TJ-AP	2023: (1) março	1
TJ-BA	2023: (1) janeiro	1
TJ-ES	2022: (1) fevereiro	1
TJ-MT	2021: (1) dezembro	1
Total	—	120

Ao todo, foram detectadas 44.392 rubricas inconsistentes em 9 órgãos. Em todos os casos, o campo de “Detalhamento” apresenta um número ao invés de um texto, sem deixar claro ao quê o número se refere. A tabela abaixo apresenta a quantidade de detalhamentos inconsistentes para cada mês.

Tabela 6. Contracheques inconsistentes detectados por ano e mês
Tribunais de Justiça estaduais e DFT

	Rubricas inconsistentes
TJ-MA	
2019: agosto (1.055), setembro (471), outubro (686), novembro (686), dezembro (800)	3.698
2020: janeiro (508), fevereiro (771), março (706), abril (653), maio (474), junho (836), julho (1.006), agosto (665), setembro (679), outubro (736), novembro (716), dezembro (917)	8.667
2021: janeiro (773), fevereiro (796), março (744), abril (863), maio (686), junho (729), julho (683), agosto (704), setembro (671), outubro (647), novembro (820), dezembro (815)	8.931
2022: janeiro (757), março (759), abril (1.091), maio (773), junho (811), julho (770), agosto (771), setembro (769), outubro (770), novembro (763)	8.034
2023: janeiro (774), fevereiro (964), março (1.007), abril (1.017)	3.762

Rubricas inconsistentes

TJ-SE

2018: fevereiro (397), março (405), abril (404), maio (409), junho (434), julho (417), agosto (415), setembro (420), outubro (423), novembro (430), dezembro (439) 4.593

2019: janeiro (422), fevereiro (412), março (421), abril (423), maio (424), junho (433), julho (161), setembro (165), outubro (156), novembro (352), dezembro (451) 3.820

2020: janeiro (454), fevereiro (412), março (411), abril (334), maio (356), junho (347), julho (546), agosto (555), setembro (578), outubro (573), novembro (568), dezembro (684) 5.818

2021: janeiro (684), fevereiro (583), março (575), abril (564), maio (572), junho (574), julho (577), agosto (574), setembro (621), outubro (605), novembro (576), dezembro (486) 6.991

2022: janeiro (520), fevereiro (425), março (436), abril (433), maio (428), junho (465), julho (430), agosto (431), setembro (439), outubro (439), novembro (443), dezembro (535) 5.424

2023: janeiro (557), fevereiro (427), março (430), abril (533) 1.947

TJ-DFT

2023: abril (324) 324

TJ-SC

2018: janeiro (38), fevereiro (99), março (102), abril (101), maio (80), junho (95), julho (118), agosto (80), setembro (61), outubro (43), novembro (41), dezembro (25) 883

2019: janeiro (32), fevereiro (30), março (32), abril (30), maio (55), junho (61), julho (82) 322

TJ-RN

2019: março (102), abril (102), maio (91), junho (246), julho (90) 631

TJ-MS

2023: abril (124) 124

TJ-PA

2018: junho (90) 90

TJ-PR

2020: março (2) 2

TJ-SP

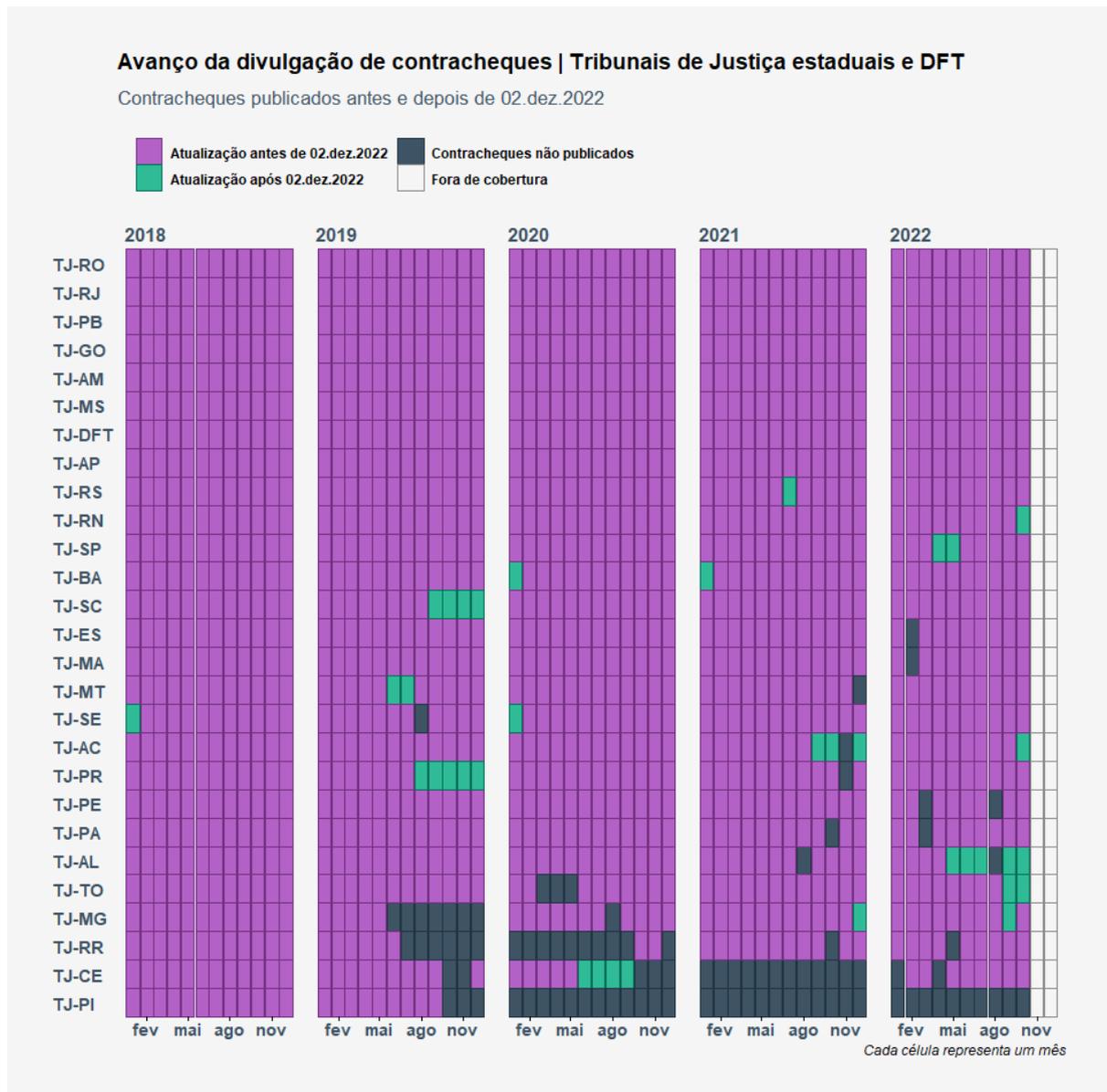
2023: abril (1)

1

TOTAL

64.062

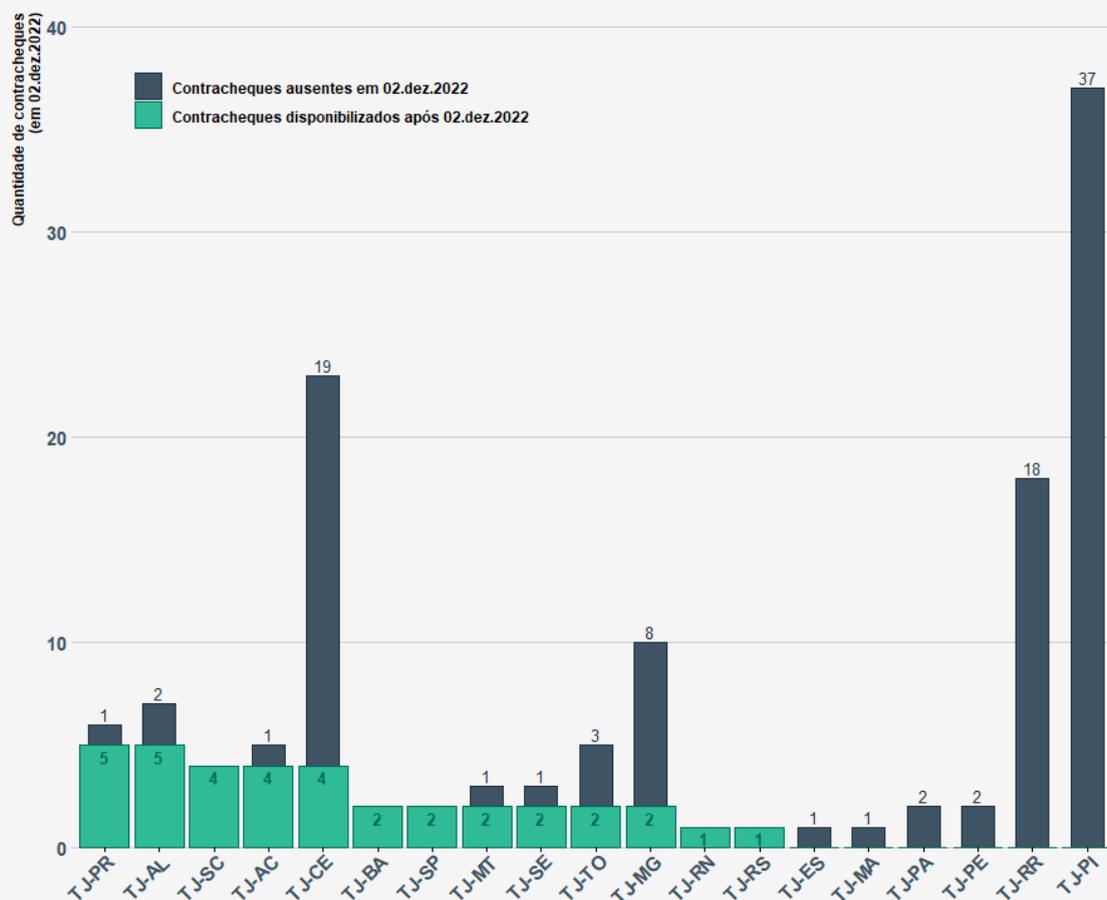
O gráfico abaixo apresenta o avanço das disponibilizações desde a divulgação do último relatório em dezembro de 2022.



Cinco TJs completaram todas as ausências de dados constatadas no relatório anterior e não têm mais lacunas: TJ-BA, TJ-RN, TJ-RS, TJ-SC e TJ-SP.

Avanço da divulgação de contracheques | Tribunais de Justiça estaduais e DFT

Comparação entre o número de contracheques ausentes antes e depois de 02.dez.2022

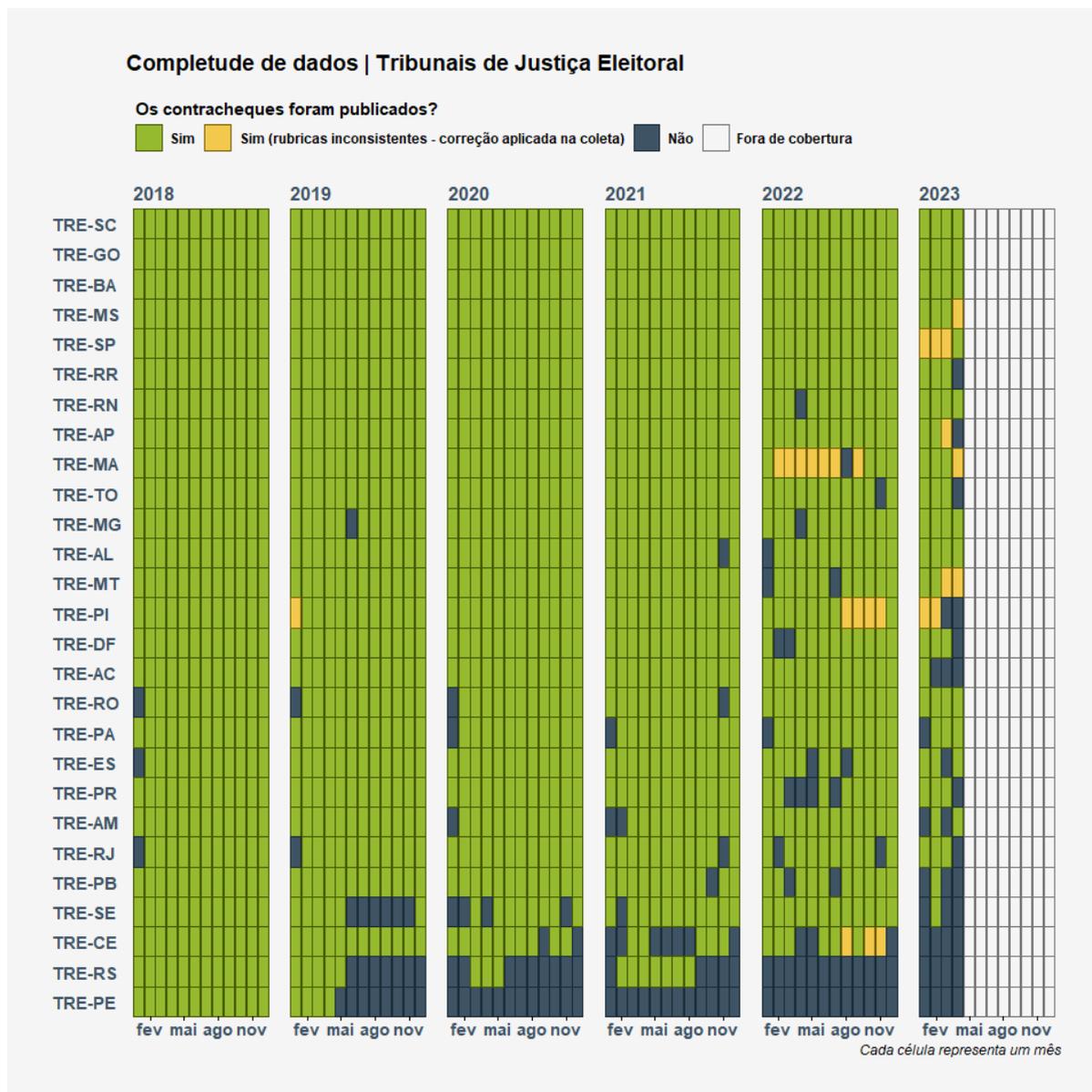


Dois TJs cobriram parcialmente as lacunas apontadas no relatório anterior e ainda têm omissões. O TJ-CE cobriu 4 dos 23 meses que estavam atrasados em 2 de dezembro de 2022. De novembro de 2022 até abril de 2023, o órgão acumulou mais 5 meses sem divulgar as remunerações.

O TJ-MG incluiu dados referentes a dezembro de 2021 e setembro de 2022, mas ainda deve os dados de outros 8 meses.

Tribunais Regionais Eleitorais

O DadosJusBr iniciou a coleta dos dados de remuneração nos 27 Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) a partir do dia 12 de dezembro de 2022 e, portanto, não constavam no relatório anterior. As coletas mais recentes para esses órgãos foram realizadas entre 16 de maio e 1 de junho de 2023.



Os Tribunais Regionais Eleitorais são o grupo de órgãos com mais meses ausentes no painel de remuneração de magistrados do CNJ. Ao todo, são 169 meses sem prestar contas das remunerações de magistrados. Apenas 5 dos 27 TREs divulgaram dados em todos os meses no painel de remuneração do CNJ. A tabela abaixo apresenta a relação de contracheques ausentes nos TREs.

Tabela 7. Completude de dados por órgão e mês
Tribunais Regionais Eleitorais

	Meses sem dados	Total
TRE-PE	2019: (8) maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro	48
	2020: (12) Todos os meses	
	2021: (12) Todos os meses	
	2022: (12) Todos os meses	
	2023: (4) janeiro, fevereiro, março, abril	
TRE-RS	2019: (7) junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro	37
	2020: (9) janeiro, fevereiro, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro	
	2021: (5) janeiro, setembro, outubro, novembro, dezembro	
	2022: (12) Todos os meses	
	2023: (4) janeiro, fevereiro, março, abril	
TRE-CE	2020: (2) setembro, dezembro	16
	2021: (7) janeiro, fevereiro, maio, junho, julho, agosto, dezembro	
	2022: (3) abril, maio, dezembro	
	2023: (4) janeiro, fevereiro, março, abril	
TRE-SE	2019: (6) junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro	14
	2020: (4) janeiro, fevereiro, abril, novembro	
	2021: (1) fevereiro	
	2023: (3) janeiro, março, abril	
TRE-PB	2021: (1) outubro	6
	2022: (2) março, julho	
	2023: (3) janeiro, março, abril	
TRE-RJ	2018: (1) janeiro	6
	2019: (1) janeiro	
	2021: (1) novembro	
	2022: (2) fevereiro, novembro	
	2023: (1) abril	

	Meses sem dados	Total
	2020: (1) janeiro	
TRE-AM	2021: (2) janeiro, fevereiro	5
	2023: (2) janeiro, março	
	2022: (4) março, abril, maio, julho	
TRE-PR	2023: (1) abril	5
	2018: (1) janeiro	
TRE-ES	2022: (2) maio, agosto	4
	2023: (1) março	
	2020: (1) janeiro	
	2021: (1) janeiro	
TRE-PA	2022: (1) janeiro	4
	2023: (1) janeiro	
	2018: (1) janeiro	
	2019: (1) janeiro	
TRE-RO	2020: (1) janeiro	4
	2021: (1) novembro	
TRE-AC	2023: (3) fevereiro, março, abril	3
	2022: (2) fevereiro, março	
TRE-DF	2023: (1) abril	3
TRE-PI	2023: (2) março, abril	2
TRE-MT	2022: (2) janeiro, julho	2
	2021: (1) novembro	
TRE-AL	2022: (1) janeiro	2
	2019: (1) junho	
TRE-MG	2022: (1) abril	2
	2022: (1) novembro	
TRE-TO	2023: (1) abril	2
TRE-MA	2022: (1) agosto	1
TRE-AP	2023: (1) abril	1

	Meses sem dados	Total
TRE-RN	2022: (1) abril	1
TRE-RR	2023: (1) abril	1
Total	—	169

Foram encontradas 1.056 rubricas inconsistentes em 7 TREs. Todas as rubricas eram preenchidas com números ao invés do descritivo da remuneração ou do desconto em folha de pagamento. A tabela abaixo apresenta os números totais de inconsistências por órgão, mês e ano.

Tabela 8. Contracheques inconsistentes detectados por ano e mês
Tribunais Regionais Eleitorais

	Rubricas inconsistentes
TRE-PI	
2019: janeiro (90)	90
2022: agosto (79), setembro (78), outubro (80), novembro (78)	315
2023: janeiro (76), fevereiro (79)	155
TRE-MT	
2023: março (67), abril (66)	133
TRE-MS	
2023: abril (60)	60
TRE-SP	
2023: janeiro (66), fevereiro (41), março (38)	145
TRE-AP	
2023: março (13)	13
TRE-MA	
2022: fevereiro (1), março (3), abril (2), maio (2), junho (2), julho (116), setembro (10)	136
2023: abril (4)	4
TRE-CE	
2022: agosto (1), outubro (2), novembro (2)	5
TOTAL	1.056

Conclusão

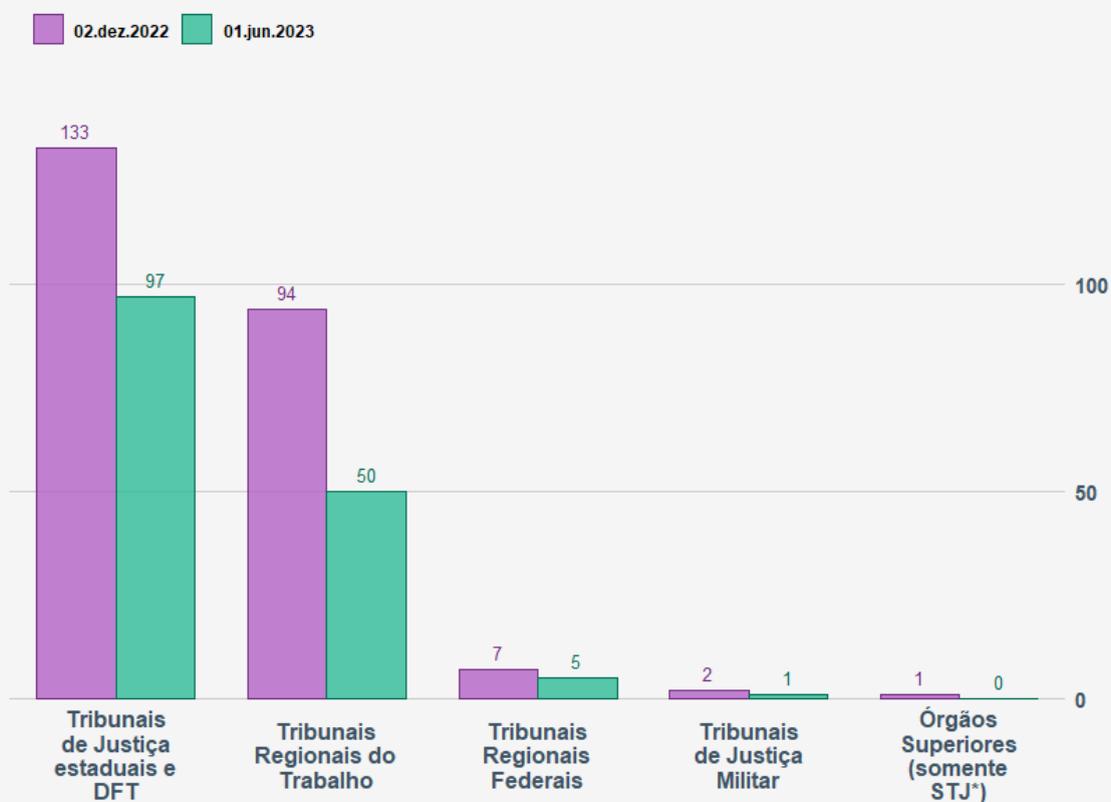
O relatório evidencia que houve avanços em relação ao cenário apresentado pela Transparência Brasil em dezembro de 2022, quanto à divulgação de contracheques por meio do Painel de Remunerações do CNJ. As providências tomadas pelo Conselho Nacional de Justiça para sanar as defasagens apontadas naquela ocasião surtiram efeitos práticos na melhoria da transparência das remunerações na plataforma.

Entre os Tribunais de Justiça, houve queda de 27% no número de meses em que não há dados detalhados dos contracheques dos membros relativos ao período de janeiro de 2018 a outubro de 2022. Ainda há 97 meses ausentes a serem preenchidos no Painel.

No caso dos Tribunais Regionais do Trabalho, que deviam dados relativos a 94 meses, a redução foi ainda maior: 47%. Atualmente, o número de ausências é de 50 meses.

Quantidade de contracheques ausentes em 02.dez.2022 e 01.jun.2023

Contracheques relativos ao período de jan.2018 a out.2022



*TSE, TST, STM, CNJ, CJF e Tribunais de Justiça Eleitoral não eram monitorados pelo DadosJusBr em dez. 2022

Considerando todo o período analisado (janeiro de 2018 até abril de 2023), observa-se que a proporção de meses disponíveis em relação ao total de meses no período (isto é, o percentual de completude) está acima de 90% para todos os grupos de órgãos. A tabela abaixo mostra as quantidades de meses que estão disponíveis e faltantes para cada grupo de órgãos monitorados.

Tabela 9. Grupos de órgãos monitorados e completude dos dados

Contagem de meses publicados ou não no painel de remunerações do CNJ

	Qtd. órgãos	Meses coletados entre todos os órgãos (jan.2018 até abr.2023)			
		Disponíveis	Faltantes	Total	(% comp.)
Órgãos Superiores	4	254	2	256	99,2%

Tribunais de Justiça Militar	3	190	2	192	99,0%
Tribunais Regionais Federais	5	314	6	320	98,1%
Tribunais Regionais do Trabalho	24	1.456	80	1.536	94,8%
Conselhos de Justiça	2	121	7	128	94,5%
Tribunais de Justiça estaduais e DFT	27	1.608	120	1.728	93,1%
Tribunais de Justiça Eleitoral	27	1.559	169	1.728	90,2%
Total	92	5.502	386	5.888	93,4%

Apesar dos avanços, ainda há um alto número de lacunas na divulgação dos contracheques no Painel de Remuneração do CNJ que comprometem seriamente a transparência e, conseqüentemente, o controle social dos órgãos. Entre esses casos, alguns se destacam negativamente e devem ser alvo de ações mais enérgicas por parte do Conselho:

Entre os TJs:

- O TJ-PI não apresenta contracheques desde outubro de 2019;
- O TJ-CE soma 24 meses sem prestar contas;
- O TJ-RR acumula 18 meses sem prestar contas.

Entre os Tribunais Regionais do Trabalho:

- O TRT-14 está sem prestar contas das remunerações pagas a seus magistrados desde outubro de 2020;
- O TRT-21 se omite desde outubro de 2021.

Entre os Tribunais Regionais Eleitorais:

- O TRE-PE não apresenta contracheques de remuneração desde abril de 2019;
- O TRE-RS apresentou somente 15 dos 52 meses compreendidos no período de janeiro de 2019 e abril de 2023.

Para além das lacunas detectadas, as inconsistências nas rubricas resultam na exibição de informações incorretas ou sem sentido no Painel de Remuneração, o que compromete a transparência e o controle social deste aspecto do Judiciário e a própria consecução do objetivo do Painel de facilitar o acesso aos dados.

Na data de finalização deste relatório, havia 68.947 rubricas com preenchimentos inconsistentes das colunas “Detalhe”, relacionadas a 25 órgãos. Elas são particularmente recorrentes no TJ-MA e TJ-SE, como se observa na tabela abaixo.

Tabela 10. Grupos de órgãos monitorados e rubricas inconsistentes

Contagem de rubricas inconsistentes no Painel de Remuneração do CNJ (número de vezes em que campos de detalhamento das rubricas não foram preenchidos adequadamente)

	Indenizações	Direitos eventuais	Direitos pessoais	Total
Tribunais de Justiça estaduais e DFT	29.983	25.819	8.260	64.062
TJ-MA	17.228	10.814	5.050	33.092
TJ-SE	12.755	13.166	2.672	28.593
TJ-SC	---	1.205	---	1.205
TJ-RN	---	631	---	631
TJ-DFT	---	---	324	324
TJ-MS	---	---	124	124
TJ-PA	---	---	90	90
TJ-PR	---	2	---	2
TJ-SP	---	1	---	1
Tribunais Regionais do Trabalho	37	70	3.280	3.387
TRT-2	---	1	1.819	1.820
TRT-1	---	69	1.460	1.529
TRT-12	34	---	---	34
TRT-11	2	---	1	3
TRT-24	1	---	---	1
Tribunais Regionais Eleitorais	0	1.032	24	1.056
TRE-PI	---	560	---	560
TRE-SP	---	145	---	145
TRE-MT	---	133	---	133
TRE-MA	---	116	24	140

	Indenizações	Direitos eventuais	Direitos pessoais	Total
TRE-MS	---	60	---	60
TRE-AP	---	13	---	13
TRE-CE	---	5	---	5
Tribunais Regionais Federais	0	136	306	442
TRF-5	---	60	302	362
TRF-2	---	51	---	51
TRF-4	---	14	3	17
TRF-3	---	11	1	12
Total	30.020	27.057	11.870	68.947

Recomendações

A análise aponta a necessidade de ajustes específicos para melhorar ainda mais a transparência oferecida pelo Painel de Remuneração de Magistrados e possibilitar um controle social qualificado sobre esse aspecto do Judiciário.

- Melhoria na interface de download dos dados (ex: implementação de API ou link direto para arquivos com dados). Atualmente a coleta dos dados para todos os órgãos só pode ser automatizada por meio da simulação de usuários;
- Inclusão dos meses faltantes por todos os órgãos;
- Correção e tratamento das rubricas inconsistentes apontadas neste relatório e lançadas no campo de “detalhes” do painel de remuneração. Incluir medidas que garantam a sanidade dos dados preenchidos manualmente.
- Criação de padrões para nomenclatura de rubricas, a serem adotados por todos os órgãos jurisdicionados do CNJ e pelo Supremo Tribunal Federal
- Acessoriamente, definição de cronograma para aplicação retroativa das nomenclaturas padrão

Diante da variedade de órgãos envolvidos, a liderança e o empenho do Conselho Nacional de Justiça são essenciais para a implementação destas recomendações – como esta própria análise demonstrou, trata-se de uma maneira eficaz de gerar mudanças.